

Governo, Desenvolvimento e Equidade: Uma Agenda de Pesquisa para as Ciências Sociais no Brasil

Participantes: Bernardo Ricupero (USP), Marcos Costa Lima (UFPE e Presidente da ANPOCS), Ricardo Ismael (PUC-Rio) e Vera Cêpeda (UFSCAR).

O debate sobre o desenvolvimento tem vida longa e peso decisivo na conformação do processo de modernização brasileiro. Como ressaltou Octavio Ianni, no livro “Pensamento Social no Brasil”, publicado em 2004, pela ANPOCS e EDUSC, boa parte da produção intelectual no século passado estava voltada para o entendimento das condições de modernização do país. Nesta perspectiva ganhou destaque interpretações com raízes na economia política, notadamente aquelas que procuravam enxergar o processo histórico como fortemente vinculado ao desenvolvimento econômico.

Podemos identificar, entre o final de 1930 e início de 1960, publicação de alguns estudos exemplares sobre o desenvolvimento nacional, com suas contradições e potencialidades, tais como: Roberto Simonsen, A evolução industrial do Brasil; Caio Prado Júnior, História econômica do Brasil; Rômulo de Almeida, A experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia; Josué de Castro, Geografia da fome; Hélio Jaguaribe, Problemas do desenvolvimento latino-americano: estudos de política; Celso Furtado, Desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Não se deve esquecer, porém, que a participação da intelligentsia brasileira na construção do projeto de desenvolvimento esteve, muitas vezes, vinculada a instituições públicas, estatais ou não, e empresarias. Difícil falar do pensamento desenvolvimentista de Celso Furtado sem mencionar sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Tampouco ignorar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que reuniu nos anos de 1950 e de 1960 intelectuais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes e tantos outros. No caso de Rômulo de Almeida seria oportuno destacar sua passagem pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), como também lembrar a passagem de Roberto Simonsen pela presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

A literatura sobre o federalismo contemporâneo mostra que o desenvolvimento econômico aparece como um freqüente fator de coesão interna nos países que o adotaram. No Brasil não é muito diferente. Governadores estaduais, de todas as regiões brasileiras, procuram ganhar legitimidade através da ampla divulgação dos resultados econômicos alcançados em seu estado, durante o período de seu mandato. Empresários da indústria, do comércio e da construção civil, trabalhadores jovens e antigos, administradores e servidores públicos, todos estão unidos em torno do desenvolvimento como industrialização, como progresso econômico, como geração de empregos.

O papel da União no processo de desenvolvimento econômico nacional tem historicamente assumido um lugar de destaque inquestionável, seja pela ausência ou fragilidade da burguesia industrial, pelas desigualdades entre os estados brasileiros, ou pelos vícios oligárquicos e inoperância das instituições governamentais nas instâncias subnacionais.

Poucos duvidam que a construção do modelo nacional-desenvolvimentista foi iniciada no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, tendo como marco a criação Companhia Siderúrgica Nacional. Ganhou novo impulso no governo Kubitscheck com o lançamento do “Plano de Metas”. Recebeu novos estímulos durante os governos militares, que se sucederam depois do golpe de 1964. Ao governo federal cabia definir os contornos e os objetivos do desenvolvimento no Brasil, sobretudo nos períodos autoritários, caracterizados por forte centralização e esvaziamento da dimensão federativa.

Ao longo do tempo, no mundo e no Brasil, a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico foi sendo questionada. Novas interpretações desenvolvimentistas, como aquelas de Amartya Sen, questionaram o caráter economicista empregado de forma recorrente na sociedade industrial. A partir desta perspectiva o desenvolvimento foi se afirmando como tradução de crescimento econômico em bem-estar social, dando origem ao Índice de Desenvolvimento Humano no âmbito das Nações Unidas (IDH), ou como um meio para ampliação das capacidades de realizações das pessoas.

Por outro lado, o debate em torno do conceito e da mensuração do desenvolvimento renova-se com a questão da sustentabilidade, que introduz, entre outras questões, a difícil defesa dos direitos das futuras gerações sobre a preservação dos recursos naturais. Para não falar do fortalecimento da ideia de regulação do mercado e das ações sociais, por parte do poder público.

No Brasil, sobretudo depois das mudanças produzidas nos governos Fernando Henrique e Luis Inácio Lula da Silva, talvez possamos dizer que estamos observando sinais de um novo ciclo desenvolvimentista. Os contornos deste processo em curso precisam ser investigados pelas Ciências Sociais, sem perder de vista o diálogo com outros campos científicos, mas recuperando a tradição de identificar as mudanças e continuidades nas diferentes dimensões envolvidas.

A proposta desta mesa é discutir a evolução da agenda de pesquisa das Ciências Sociais no Brasil envolvendo o tema “Governo, Desenvolvimento e Equidade”, tema recorrente no pensamento social e que se renova diante das mudanças recentes ocorridas no país e no mundo nos últimos anos.